



Ao Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá/PR

Falência n.º 0000187-23.1994.8.16.0058

Henrique Cavaleiro Ricci, síndico honrosamente nomeado nos autos do processo de Falência enumerado em epígrafe, da massa falida de **Comércio e Representações de Couros Loanda Ltda.**, respeitosamente, comparece perante Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho de ev. 1606, para manifestar-se nos seguintes termos.

I. DAS PETIÇÕES DE EV. 1428, 1435 E 1527

Excelência, os credores **Banco do Brasil S/A** (ev. 1427), **Jabur Pneus S/A** (ev. 1435) e **Espólio de Pedro Carlos Palma** (ev. 1527), igualmente, compareceram ao feito falimentar para requerer o levantamento de seus créditos, dada a existência de montante depositado em juízo.

Referidas manifestações, no entanto, mostram-se inoportunas neste momento processual, na medida que, antes de passarmos à fase de elaboração do plano de pagamentos - momento em que serão analisados minuciosamente os valores a serem levantados por cada credor, atentando-se à ordem de pagamento prevista no Decreto-Lei 7.661/1945 - este síndico, nas manifestações de evs. 1526 e 1592, solicitou uma série de diligências a fim de angariar informações e dados concretos acerca da realização do ativo pelo antigo Síndico, para que, então, passemos, efetivamente, à elaboração do plano.

Dessa forma, entende este Síndico que, neste momento, as manifestações dos credores supracitados não devem ser acolhidas.

II. DAS CERTIDÕES DE EV. 1593

Ao ev. 1593 destes autos a z. secretaria informou que, em atendimento ao art. 3º, V, alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" da Portaria 02/2024, instaurou incidentes para: a)





Monitoramento de honorários do administrador judicial; b) Apresentação de contas demonstrativas mensais; c) Apresentação de Relatórios Mensais de Atividade; d) Monitoramento de ações trabalhistas em curso; e) Monitoramento de outras ações em curso; e, f) Monitoramento de bens particulares dos sócios. Comunicou, ainda, que em atendimento art. 3º, VIII, da Portaria 02/2024, foi instaurado incidente para as autoridades fazendárias do Município, do Estado e da União (Procuradoria da Fazenda Nacional), visando a existência de créditos públicos casos existentes.

Com o máximo respeito devido, compete a este Síndico esclarecer que referidos incidentes **referem-se aos processos de recuperação judicial**, conquanto o presente feito trata-se de ação falimentar.

De toda sorte, uma vez que o art. 22, XVIII, alíneas "a", "b" e "c" da Portaria 02/2024, especificamente em relação aos feitos falimentares, determina a instauração de incidentes para a) Monitoramento de honorários do administrador judicial; b) Monitoramento de outras ações em curso; e, c) Monitoramento do patrimônio pessoal do patrimônio dos Administradores das Devedoras, opina-se pela **manutenção dos incidentes a que se referem as certidões de ev. 1593.1, 1593.5 e 1593.6 para estas finalidades**.

Já em relação aos incidentes a que se referem as certidões de ev. 1593.2, 1593.3, 1593.4 e 1593.7, parece oportuno o cancelamento da distribuição, com a consequente baixa dos autos.

III. CONCLUSÃO

Frente ao exposto, nesta oportunidade, este Síndico opina:

- a) Pelo não acolhimento dos requerimentos de levantamento de valores apresentados aos evs. 1428, 1435 e 1527, porquanto incompatíveis ao estágio atual em que a Falência se encontra e,
- b) Pelo cancelamento da distribuição dos incidentes a que se referem as certidões de ev. 1593.2, 1593.3, 1593.4 e 1593.7, pois atinentes aos feitos de recuperação





judicial, conquanto estejamos diante de ação falimentar;

Aproveita-se o ensejo, ainda, para requerer sejam diligenciadas as providências solicitadas na manifestação de ev. 1526, indispensáveis ao adequado impulsionamento do feito. Reproduzem-se, a seguir, as medidas requeridas:

- a) a apresentação do extrato de movimentação das contas judiciais vinculadas à Falida durante todo o período da Falência;
- b) a derradeira consulta e bloqueio, via SISBAJUD, de eventuais ativos financeiros existentes em nome da Falida;
- c) a remessa dos autos o Sr. Escrivão e o Sr. Contador Judicial para que indiquem a eventual existência de valores remanescentes a título de custas e despesas processuais desta ação de falência e de seus incidentes.
- d) a expedição de ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis da Comarca de Campo Mourão/PR, a fim de que informem a existência de eventuais bens imóveis remanescentes registrados em nome da Falida;
- e) a elaboração de certidão pela z. Secretaria, na qual conste todos os incidentes vinculados a presente demanda, sobretudo os feitos incidentais que versam sobre pedido de restituição, ante a *possível* existência autos físicos não disponíveis no sistema PROJUDI.

Sendo o que tinha a manifestar, permaneço à disposição do Juízo e dos demais interessados.

Maringá/PR, 18 de novembro de 2024.

AUXILIA CONSULTORES LTDA.

Henrique Cavalheiro Ricci | OAB/PR 35.939

